

## Por entre as trilhas da luta do MST pela educação do campo

Between way and struggle MST in favor of rural education

Por entre caminos y luchas del MST por la educación del campo

Recebido: 22/09/2022 | Revisado: 09/10/2022 | Aceitado: 14/10/2022 | Publicado: 19/10/2022

**Vanessa da Rocha Dias**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7746-1276>  
Universidade Federal do Pampa, Brasil  
E-mail: [vanessadias9666@gmail.com](mailto:vanessadias9666@gmail.com)

**Algacir José Rigon**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8745-6283>  
Universidade Federal do Pampa, Brasil  
E-mail: [algacirrigon@unipampa.edu.br](mailto:algacirrigon@unipampa.edu.br)

**Nádia Fátima dos Santos Bucco**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4639-5733>  
Universidade Federal do Pampa, Brasil  
E-mail: [nadiabucco@unipampa.edu.br](mailto:nadiabucco@unipampa.edu.br)

**Maria Silvana Aranda Moraes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8587-1021>  
Universidade Federal do Pampa, Brasil  
E-mail: [mariaaranda@unipampa.edu.br](mailto:mariaaranda@unipampa.edu.br)

**Alexandre Antunes Brum**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0094-7080>  
Universidade de Heidelberg, Alemanha  
E-mail: [doctoralexbrum@gmail.com](mailto:doctoralexbrum@gmail.com)

**Aline Neutzling Brum**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9686-9602>  
Universidade Federal do Pampa, Brasil  
Universidade Católica de Santa Fé, Argentina  
E-mail: [neutzling@live.de](mailto:neutzling@live.de)

### Resumo

O presente trabalho apresenta uma investigação sobre a constituição de uma escola de educação no campo com o objetivo de resgatar a constituição da escola do campo, na conjuntura de organização do MST e em suas lutas e princípios pedagógicos relevantes para serem considerados na ação pedagógica das escolas do campo. Tem como motivação a sistematização de detalhes sobre este tema, cujo procedimento foi a coleta de dados com moradores no entorno da escola Antônio Conselheiro em Santana do Livramento. A partir destes relatos buscou-se obter uma visão de experiências vividas de cada sujeito que a contempla e reconhecer a importância da atuação do movimento social MST nessas lutas com consequências dos resultados que foram obtidos a partir das mesmas. Em acordo com a análise de dados conduzida, os resultados demonstram a importância da constituição dessa escola do campo para a região. Por fim, o trabalho explicita as contribuições do MST para o debate da educação, afinal, são os movimentos sociais que expressam as contradições de nossa sociedade e constata de que são os movimentos sociais a expressão do futuro, a base fecunda de uma educação que se distancia da perspectiva capitalista e burguesa.

**Palavras-chave:** Educação do campo; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Escola.

### Abstract

The present work presents an investigation about the constitution of a rural education school with the objective of rescuing the constitution of the rural school, in the context of the organization of the MST and its struggles and relevant pedagogical principles to be considered in the pedagogical action of rural schools. Its motivation is the systematization of details on this theme, whose procedure was the collection of data with residents in the neighborhood of the Antônio Conselheiro school in Santana do Livramento. Based on these reports, we sought to obtain an insight into the lived experiences of each subject and to recognize the importance of the MST social movement's role in these struggles with the consequences of the results that were obtained from them. According to the data analysis carried out, the results demonstrate the importance of the constitution of this rural school for the region. Finally, the work explains the MST's contributions to the debate on education; after all, it is the social movements that express the contradictions of our society and the social movements that are the expression of the future, the fertile base for an education that distances itself from the capitalist and bourgeois perspective.

**Keywords:** Field education; Landless Workers Movement; School.

## Resumen

El presente trabajo presenta una investigación sobre la constitución de una escuela de educación rural con el objetivo de rescatar la constitución de la escuela rural, en el contexto de la organización del MST y sus luchas y principios pedagógicos relevantes a ser considerados en la acción pedagógica de las escuelas rurales. Su motivación es la sistematización de detalles sobre este tema, cuyo procedimiento fue la recogida de datos con los vecinos del barrio de la escuela Antônio Conselheiro, en Santana do Livramento. A partir de estos informes, se buscó obtener una visión de las experiencias vividas por cada sujeto y reconocer la importancia del papel del movimiento social MST en estas luchas con las consecuencias de los resultados que se obtuvieron de ellas. De acuerdo con el análisis de datos realizado, los resultados demuestran la importancia de la constitución de esta escuela rural para la región. Finalmente, el trabajo explica las contribuciones del MST al debate sobre la educación; al fin y al cabo, son los movimientos sociales los que expresan las contradicciones de nuestra sociedad y los movimientos sociales son la expresión del futuro, la base fértil para una educación que se aleja de la perspectiva capitalista y burguesa.

**Palabras clave:** Educación de campo; Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra; Escuela.

## 1. Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um dos maiores movimentos sociais do Brasil, foi criado em janeiro de 1984, tendo como foco questões do trabalhador do campo, e a luta pela reforma agrária. No Brasil, prevaleceu historicamente a desigualdade ao acesso à terra, bem como resultado é consequência direta da organização pelos governos militares tentando restringir o movimento camponês. A mais visível dessas consequências é que pessoas de classes inferiores seriam menos favorecidas e teriam maiores dificuldades à posse da terra. Por causa da repressão política e da expropriação resultante do modelo econômico, foi criado um novo movimento camponês, o MST, cuja origem foi na oposição ao modelo de reforma agrária imposto pelo regime militar, em especial, um contraponto ao sistema capitalista e ao histórico de concentração de terra no Brasil.

Desde o início da sua trajetória, o MST buscou como seu principal objetivo a luta e conquista pela terra, mas logo perceberam que isto não era o bastante, pois grande parte da população camponesa no Brasil é analfabeta ou tem baixa escolaridade – Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua, apontam, ainda, 11 milhões de analfabetos no Brasil, sendo que a maior concentração está no meio rural (IBGE, 2019). Então para dar continuidade nas lutas começaram a surgir demandas da população exigindo mais conhecimentos, exigindo que ocorra o processo de escolarização. A partir disto a educação passou a se tornar prioridade, pois os pais que faziam parte do acampamento ficariam mais tranquilos em saber que lá seus filhos teriam onde estudar, como se fosse em qualquer outro lugar, recebendo material escolar, merenda, atenção dos professores e, especialmente, apropriando-se dos conhecimentos necessários à constituição humana.

Nesse sentido, uma das primeiras experiências foi da escola itinerante, que é uma escola pública que acompanha o deslocamento das famílias que vão para os acampamentos e garante às crianças, jovens e adultos acampados a possibilidade de resgatar a dignidade e o direito à educação. O barraco da escola construído antes mesmo dos barracos de moradia, sendo que ele também serve como local de encontros; a escola no acampamento surge com a intenção de ser uma escola diferente cujo principal objetivo é transformar a sociedade, é a mudança do sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e de esgotamento dos recursos naturais. Para isso, contudo, precisa ser uma educação diferenciada, pois a educação torna-se elemento essencial nesse processo de humanização e de transformação social (Mariano & Gehrke, 2020).

A educação do campo foi se desenvolvendo de acordo com as necessidades que foram surgindo pela população camponesa, sendo o exemplo das escolas do MST importante referência para o processo de consolidação da educação do campo. Os professores Antônio Conselheiro e Roseli Caldart, dentre outros autores, trazem relatos em suas obras, do movimento desses sujeitos que lutam pela valorização da figura camponesa pela sua cidadania, por uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores, a partir de uma educação que lhes desperte a consciência crítica, autoestima e lhes permita viver no campo, desenvolver-se e contribuir para um mundo melhor, mais humano e sustentável.

Conforme Caldart (2004), a partir de 1986-87 o MST se constituiu como uma organização social, sendo que os assentados

também passam a se sentir parte dessa organização e isso, por sua vez, leva à incorporação de novas bandeiras. Como uma dessas bandeiras principais, se configura a luta pela educação dos povos do campo. Contudo, requer uma educação que valorize os sujeitos do campo e que contribua na formação da identidade desses sujeitos, especialmente porque a participação nos acampamentos e processos de luta já são por si, espaços formativos (educativos).

A luta pela educação dos povos do campo culminou com o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), evento que realizado em 1997, no Distrito Federal, na Universidade de Brasília (UnB), cuja pauta era a implementação da Educação Básica no campo. Posteriormente, no mesmo ano, também se encampou a necessidade de ensino superior e mais especificamente a demanda pela formação de educadores do campo, que pudessem ter conhecimentos suficientes para trabalhar com esta realidade. Os primeiros cursos surgiram em 2006 enquanto Projeto Piloto e, por fim, como um Programa, Política Pública, em 2012 (Caldart, 2010; Santos & Silva, 2016).

A história dos assentamentos do MST tem início com o acampamento da Fazenda Anoni, no município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, em 29 de outubro de 1985, desde então inúmeros acampamentos ocorrem no estado, originando assentamentos que promoveram o desenvolvimento local, a permanência de agricultores familiares no campo e a transformação de paisagens especialmente no Pampa gaúcho. Em Santana do Livramento, município gaúcho que faz fronteira com o Uruguai, marcado historicamente pela presença do latifúndio e que, por muito tempo, apresentou a pecuária como sua principal economia, suprimindo por décadas os frigoríficos da região, a partir de 1990 torna-se importante região para o MST com inúmeras ocupações e assentamentos (Ferron & Troian, 2020).

O resgate do processo histórico que permitiu o encontro entre educação básica de filhos e de trabalhadores rurais sem terra a partir dos resultados de um movimento social permeado por lutas merece atenção e destaque no meio científico e acadêmico. O caminho percorrido pelos sujeitos do processo de educação no campo oferece estratégias e alternativas para os desafios que se apresentam junto ao ensino em diferentes espaços geográficos. O processo educativo junto às ocupações e assentamentos descrevem ações que aportam ensino multiseriado, interdisciplinaridade, metodologia baseada em autonomia entre outras concepções. Na pretensão de conhecer melhor o trajeto da educação do campo desde os acampamentos do MST, o presente estudo escolheu estudar o caso de uma escola do campo no município de Santana do Livramento.

Os processos de constituição da escola do campo refletem a *importância da educação do campo para os sujeitos do campo*. Em vista disso, o presente trabalho apresenta como objetivo resgatar a constituição da escola do campo, na conjuntura de organização do MST e em suas lutas e princípios pedagógicos relevantes para serem considerados na ação pedagógica das escolas do campo.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 MST e a luta pela educação

O MST é identificado como um exemplo de luta e de organização a ser seguido,

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro. O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (Caldart, 2001, p. 207).

O movimento busca redistribuição de terras improdutivas, para possibilitar aos trabalhadores a terem uma vida mais digna com a possibilidade de trabalhar na terra, produzir seus alimentos e reproduzir as condições necessárias à vida. O MST não rouba terras, ele ocupa terras que não cumprem sua função social, que não são utilizadas nem para moradia, nem para o plantio. O foco principal da organização são questões relacionadas ao trabalhador do campo, essencialmente no que tange a luta pela reforma agrária. Assim, conquistou assentamentos para mais de um milhão de pessoas, dentre outras lutas por transformações sociais no país.

A organização do acampamento se dá depois da ocupação feita; é realizada uma comissão de organizações como segurança, infraestrutura, saúde, higiene e educação. Depois disso se monta o núcleo de base e cada núcleo tira um homem e uma mulher para ficar na coordenação. São duas pessoas, porque quando um não está o outro representa, sendo que o núcleo de base é composto de 12 a 14 famílias. No acampamento tudo é muito organizado, existem regras a serem seguidas e respeito entre todos; priorizam alimentação saudável e possuem hortas.

Ao decorrer das lutas os participantes do movimento notaram que lhes faltava uma ferramenta, pois a grande parte dos camponeses brasileiros é analfabeta ou possui baixa escolaridade. Para dar continuidade à luta eles constataram que os integrantes precisavam obter mais e novos conhecimentos para os afazeres do seu próprio cotidiano, quanto para compreender a conjuntura política, econômica e social. Conforme dito por Morissawa (2001, p. 239), “Nas palavras de uma militante, “foi como a descoberta de uma mina de ouro” que exigiria muito trabalho para cavar, “uma pedagogia a ser criada, milhares de analfabetos a serem alfabetizados, um número de crianças sem fim pedindo para conhecer as letras, ler o mundo”.

A partir disto, a educação se tornou prioridade no movimento, uma meta que exigiria muito esforço e dedicação para ser alcançada, pois eram inúmeros adultos analfabetos e, também, diversas crianças com idade de escolarização precisando de escola. Após terem a escola no acampamento, os pais destas crianças ficaram mais aliviados por saber que seus filhos teriam um espaço-tempo para serem educados, materiais escolares, merenda e a atenção dos professores. Afinal, “tratar de educação no movimento é tratar de escola, ainda que em um conceito e em uma significação bastante diferenciados em cada momento de sua história” (Caldart, 2004, p. 227).

Historicamente, no Brasil, têm-se as proposições e discussões em torno da educação rural. Contudo, trata-se de uma perspectiva cujos professores não entendem e ficam alheios à realidade dos alunos. Para superar essas questões do analfabetismo do meio rural (ou baixa escolaridade), bem como de uma educação desvinculada da realidade do povo camponês, surge a luta pela educação do campo.

Nesse contexto, ainda durante a realização da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 1998, eram denunciados de modo mais sistemático abandono do estado em relação a oferta de escolarização nos espaços rurais do Brasil. Denunciava-se também, que as escolas e os conhecimentos, ancorados em uma lógica urbano –industrial-capitalista, não consideravam como uma de suas referências pedagógicas os elementos da cultura e da identidade dos camponeses/agricultores (Simões, 2018, p. 286).

A educação do campo no meio rural é bastante precária e tem muito a se desenvolver. A falta de políticas públicas voltadas às escolas do campo caracteriza a desvalorização do homem camponês. As crianças e jovens que vivem neste meio passam por diversos obstáculos até chegar às escolas e, o movimento, luta para que os mesmos possam receber uma educação de qualidade.

Em síntese, os movimentos sociais alertavam sobre a ausência de escolas ou de sua existência precária, o longo e tortuoso percurso percorrido nos transportes escolares por parte dos estudantes em diferentes partes do país, os preconceitos com os modos de vida dos camponeses, a existência de percursos formativos que pouco contribuíam/contribuem para ampliar as possibilidades de permanência e de trabalho do jovem no campo (Simões, 2018, p. 286).

Então, preocupados com a educação de crianças e adultos, as famílias do MST se mobilizaram para organizar a escola itinerante. Escola itinerante é uma escola pública que acompanha o deslocamento das famílias que vivem em acampamentos e garante às crianças, jovens e adultos acampados, resgatar a dignidade e o direito à educação.

A escola, no movimento, surge com a intenção de ser uma escola diferente, cujo principal objetivo é transformar a sociedade. Para isso, precisa de uma educação com qualidade e com um percurso formativo que viabilize adequadamente o processo de humanização e de transformação social. Segundo Morissawa (2001, p. 239),

O barraco da escola chamada de itinerante, é construído antes do barraco de moradia e tem também a função de encontros. A escola do MST tinha de ser diferente: -professores que fossem simpatizantes da luta pela reforma agrária. Conteúdos incluindo a história do MST. Livros contendo a experiência dos sem-terra. Relação professor-aluno constituindo uma relação de companheiros.

Outro diferencial apresentado pelas escolas do MST refere-se às místicas. As místicas são realizadas pelos alunos auxiliados pelos professores responsáveis. “O que podemos entender por mística? Os dicionários dão como sentidos ‘tratado sobre coisas divinas ou espirituais’ e ‘ciência ou arte do mistério’. No contexto dos sem-terra, é um ato cultural em que suas lutas e esperanças são representadas” (Morissawa, 2001, p. 209).

Os temas envolvidos nas místicas costumam estar relacionados à simbologia do movimento do MST, a luta pela terra e a reforma agrária; contribui também para estudar os símbolos do movimento, lutas, tudo conforme a realidade daquelas pessoas. Também, cada turma possuía um grito de ordem em homenagem a algum lutador que de alguma forma os representassem como, por exemplo, Antônio Conselheiro, Chê Guevara, Roseli Nunes, entre outros.

A escola Antônio Conselheiro, conquistada por meio de lutas do movimento social MST, tem um diferencial na educação, o fato de ser composta basicamente de crianças e jovens que residem em assentamentos, que vivenciam a história de luta pela terra que os pais, os vizinhos, traçaram até os dias atuais. Esses camponeses vão para escola com o intuito de estar em um local em que a educação é voltada para atender e respeitar essa luta por direitos sociais.

A escola no assentamento, ainda, tem um diferencial de acolhimento dos estudantes, pois é construída junto à comunidade do assentamento; os pais participam mais da educação dos filhos e acompanham. Isso, na escola Antônio Conselheiro, serve como um estímulo aos seus educandos a fim de que sigam buscando novos conhecimentos, ao mesmo tempo que convictos da luta social que possibilitou essas conquistas.

Até pouco tempo, na escola, também haviam várias oficinas, por exemplo, oficina de músicas, reforços nas matérias/componentes curriculares, teatros, aulas de dança, dentre outros itens que ajudam no desenvolvimento do jovem, na sua formação e qualificação, bem como na possibilidade de incorporar novos conhecimentos. Atualmente, alguns desses princípios já não existem mais. Foram se perdendo, embora seja possível perceber que são princípios de extrema importância para a formação dos educandos.

A história da trajetória de luta até chegar às atuais conquistas não é mais contada e discutida no dia-a-dia, como outrora fora. As novas turmas não têm muito conhecimento e corre-se o risco do esquecimento.

Através do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Antônio Conselheiro podemos perceber nos objetivos específicos o esforço de manter a identidade sem-terra como é mostrado abaixo:

Proporcionar processos educativos que sustentem a identidade Sem Terra, buscando o envolvimento com toda a comunidade, a fim de uma transformação humana e social permanente. Trabalhar a partir de temas geradores e projeto proporcionados pela realidade, em que os educandos, educadores e comunidade sejam sujeitos do processo educativo. Manter-se em permanente contato com os assentamentos, através da vivência e da organização, proporcionando processos de aprendizagens.

O MST é um movimento social de massa e dentro dele existem vários princípios, princípios básicos para a vida das pessoas nos assentamentos, como, por exemplo, a alimentação das pessoas, que elas tenham um pedaço de terra para manter o sustento da casa e produzir seu próprio alimento; ter casa, estradas, ter água, energia elétrica, ter cultura e educação. O MST sempre buscou criar escolas para as crianças, jovens e até mesmo adultos, escolas perto dos assentamentos, de fácil acesso a essas pessoas e que tivesse um pouco da história do MST ali, relacionados no dia-a-dia.

O conceito de educação do campo nasce no Brasil a partir das lutas pela reforma agrária e por um campo com vida. É a partir dos acampamentos e assentamentos, no seio dos enfrentamentos com o latifúndio e o agronegócio, sobretudo do Sem Terra Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), que ainda no final da década de 1990 conquista visibilidade de modo emblemático o direito à diversidade de povos e comunidades tradicionais existentes no país. Por isso, podemos afirmar que há um estreito laço entre questão agrária e educação do campo, em que os sujeitos do campo na luta pela terra, território e dignidade, também se movimentam na luta pela escola (Simões, 2018, p. 285).

A educação do campo foi se desenvolvendo de acordo com as necessidades que foram surgindo ao decorrer da sua trajetória, a educação do campo é um conceito que foi surgindo por meio das lutas dos movimentos sociais, particularmente, o MST.

As escolas do campo vêm buscando o aperfeiçoamento de suas metodologias de ensino, conforme a realidade de seus educandos, preocupados em ensinar a partir daquilo que é necessário para promover a subsistência das famílias do campo. Por isso, busca-se conciliar as questões pedagógicas com o cotidiano dos alunos e suas famílias. Conforme Dalmagro (2010), “A educação é um processo complexo e não homogêneo, resultante das estruturas e práticas sociais também contraditórias, que tem por objetivo formar o homem para determinada forma de vida social” (p. 159).

O pressuposto é criar novas práticas pedagógicas, pois somos seres criativos e, por isso, podemos assumir esse compromisso com a constituição de um mundo melhor, e a escola é meio transformador privilegiado das realidades a qual pertence.

No entanto, precisa-se fazer o resgate dos valores antigos, aqueles que são ainda válidos, e, neste movimento, agregar a esse momento atual de nossas vidas e história. Reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola e a adequação dos conteúdos ao cotidiano dos estudantes ali inseridos, práticas pedagógicas contextualizadas, desenvolvimento sustentável.

Adotamos a definição de “luta por escola” porque, em nosso entendimento, é exatamente o que ocorre. As áreas de acampamento em geral não dispõem de escolas, são áreas de grandes fazendas, onde há pouca população e raras unidades escolares. Desse modo, a aglomeração de pessoas para as ocupações e, com elas, as crianças, faz aparecer a necessidade de escola (Dalmagro, 2010, p. 159).

A conquista da terra para o movimento era de fundamental importância, mas eles constataram que não seria justo que as crianças que acompanhavam seus pais nesta luta diária por uma vida mais digna ficassem sem receber uma educação adequada, com professores capacitados, então o MST seguiu com esta proposta de educação escolar para seus militantes.

Segundo Dalmagro (2010, p. 167), “A escola precisa ser um espaço sintonizado no contexto do movimento, as crianças precisam aprender, inclusive na escola, o porquê de estarem ali, a luta de seus pais”. Um espaço onde as crianças possam ter conhecimentos de como chegaram até ali, conhecer a história de luta até a conquista da educação, para isso são necessários professores afinados com o cotidiano daqueles estudantes, afinal será desses professores o papel de os ensinar a valorizar a sua história e não desfazer dos aprendizados constituídos durante suas trajetórias.

Os militantes realmente se preocupavam com a educação de suas crianças e buscavam por uma escola que fizesse a diferença, trazendo benefícios aos que necessitavam de ser escolarizados. Conforme Caldart (2004, p. 228), “As primeiras a se mobilizar foram as mães e professoras, depois os pais e algumas lideranças do movimento; aos poucos as crianças vão tomando

também lugar, e algumas vezes à frente, nas ações necessárias”. A escola passou a fazer parte de uma das preocupações centrais das famílias sem-terra, com maior ou menor grau de força. A educação do campo e os movimentos sociais fazem parte do povo Camponês, participam de sua memória com objetivo de formar e qualificar as pessoas para que estas sejam exemplos de luta, visando que aconteçam transformações positivas para o povo do Campo.

### **3. Metodologia**

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa qualitativa e descritiva desenvolvida a partir do método de estudo de caso único. Segundo Monteiro, Tormes e Moura (2018), a metodologia de pesquisa qualitativa objetiva a construção de uma teoria indutiva, que pode ocorrer a partir do estudo empírico de um caso. A opção pela abordagem qualitativa ocorre tendo em vista que essa “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2000, p. 39). Além disso, não se pretendeu o alcance de uma verdade absoluta (o que é certo ou errado), mas uma nova ou revisitada compreensão de como a sociedade se desenvolve na realidade (Minayo, 2000).

O caso, conforme Monteiro, et al., (2018), pode ser considerado, por exemplo, uma prática educativa, indivíduos dentro de uma escola, instituição, política governamental. Os estudos de caso podem considerar um único caso, quando classificado como estudo de caso único, e objetivam descrever, analisar minuciosamente seu objeto de pesquisa. Existem, ainda, os estudos que envolvem mais de um caso, denominados estudo de caso múltiplos.

O estudo ocorreu no município de Santana do Livramento, região do estado do Rio Grande do Sul que faz fronteira com o Uruguai. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município apresenta uma população de 75.647 pessoas, em uma área de 6.946,407 quilômetros quadrados e com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM de 0,727). O município de Santana do Livramento apresenta sua economia baseada na agricultura e pecuária latifundiária, apresenta ainda receita oriunda da silvicultura e do extrativismo (AMFRO, 2015).

O caso estudado corresponde aos moradores de assentamentos no entorno da escola Antônio Conselheiro, comunidade rural em Santana do Livramento. E a metodologia para coleta de dados consistiu na realização de uma conversa com os participantes da pesquisa sobre sua trajetória de vida, tendo como propósito buscar elementos e conhecer melhor a história do MST, a luta pela educação do campo, e o histórico da escola Antônio Conselheiro. A partir destes relatos foi obtido um conjunto de experiências vividas pelos sujeitos da comunidade cuja referência é a escola citada.

## **4. Apresentação da Pesquisa e Resultados Preliminares**

### **4.1 Criação da Escola Antônio Conselheiro**

#### **4.1.1 Etapa da Escola Sepé Tiarajú**

Por meio da luta pela terra, no dia 07 de julho de 1991, chegou a Santana do Livramento o assentamento Liberdade do Futuro, como primeiro assentamento da Reforma Agrária. Este também encontrou muitas dificuldades, entre elas a falta de estrada, luz elétrica, água e escola.

A prefeitura não quis assumir a escola, especialmente, porque o prefeito Glênio Lemos era contra a Reforma Agrária. Então o movimento resolveu organizar um grupo e foram até o governo do estado reivindicar por seus direitos, especialmente pelo direito à educação.

No ano de 1992, o INCRA trouxe para o assentamento Liberdade do Futuro a escola Sepé Tiarajú. A comunidade se organizou para que iniciassem ali as aulas. Mas antes, logo na chegada daquelas pessoas nos assentamentos, funcionava a escola, embaixo das árvores, dentro dos galpões, em algumas salas improvisadas, onde conseguiu, porque as crianças estavam em idade escolar. Na comunidade havia uma pessoa chamada Carmem Vedovatto que era professora e cursava magistério em regime

de alternância, na época. Em vista disso, o assentamento decidiu que ela seria a professora. Assim, ela trabalhava lá dando aula durante o ano e, nas férias, ela estudava fazendo magistério. As decisões na escola eram tomadas pela comunidade; a professora não determinava praticamente nada na escola, ou seja, trabalhava em conjunto com um setor de educação que era do movimento MST que, por sua vez, coordenava a escola. Ela, enquanto professora, fazia parte da comunidade e do coletivo. O salário que recebia ia para a comunidade, para o assentamento, que era uma associação e ela recebia as horas igual qualquer pessoa que trabalhasse em qualquer outro setor, isto porque o trabalho todo era coletivo.

Desde o planejamento do ano letivo, ou para todas as questões organizacionais, se reuniam as pessoas da comunidade que representavam o setor da educação e eles ajudavam a organizar o ano letivo na escola; era cumprido conforme a comunidade tinha decidido. Esta participação da comunidade é o diferencial que hoje em dia também tem na escola Antônio Conselheiro, da comunidade estar presente nas decisões do planejamento do ano letivo na escola, sendo um dos princípios importantes a serem considerados.

Durante oito anos essa professora trabalhou sozinha na escola, atendendo todas as “séries” como eram ditas neste tempo, de 1º a 4º série. Passados 8 anos, quando assumiu o Estado o governo Olívio Dutra (1999-2003), outra professora assume a escola e vem para ajudar a atender a demanda de trabalho da escola. Também, foi designada uma funcionária para fazer a merenda e preparar a alimentação para as crianças. Antes disto era a comunidade que fazia, ou seja, tinha sempre alguém da comunidade ajudando.

As crianças trabalhavam na tecelagem, que é o grupo que funciona até hoje, muito embora outras pessoas trabalhassem também. As crianças tinham um turno de atividades na tecelagem e no outro turno estudavam. Eram aproveitadas as atividades que eram realizadas na tecelagem para as aulas, como por exemplo, na matemática, na língua portuguesa, dentre outros. O encaminhamento era discutido no setor de educação para fazer a interligação das atividades desenvolvidas na tecelagem com os conteúdos trabalhados em sala de aula, a relação entre a vida e a escola.

Em 2001, o governo do Olívio colocou as séries finais no Sepé Tiarajú, sendo que a escola tinha cerca de 50 estudantes, contando com as séries iniciais e séries finais. Em 2009, quando entrou o governo da Yeda, esta cortou as séries finais, assim ficando apenas 24 estudantes, das séries iniciais e a professora Carmem Vedovatto novamente sozinha na escola.

Em março de 2009, a Coordenadora da Décima Nona Coordenadoria Regional de Educação (19ª CRE) veio no assentamento Sepé e convocou a comunidade para uma reunião para dizer que a escola tinha poucos alunos, por volta de uns quatorze alunos do pré a 4º “série”, porque havia fechado as séries finais. Em vista disso, estava fechando a escola e que todos os alunos deveriam ir para a escola Antônio Conselheiro, juntamente a professora Carmem que atendia todos os alunos da escola Sepé. A professora foi para a escola Antônio Conselheiro e o governo Yeda fechou a escola Sepé que funcionava desde o ano de 1992.

#### **4.1.2 Etapa da criação da Escola Antônio Conselheiro**

Toda conquista não só pela terra, mas também pela saúde, pela educação, por estradas, tudo foi por meio de lutas do MST; a luta pela educação sempre esteve presente no acampamento por meio das escolas itinerantes.

Desde antes do ano de 2000, começou-se a trabalhar, com respaldo da prefeitura, em uma sede no assentamento Bom Será. Foi trabalhado com os alunos ali por volta de 2 anos, até o prefeito fechar também. As crianças que ali estavam foram para a escola Coxilha de Santo Inácio, mas por ser muito longe e as condições das estradas serem precárias os estudantes possuíam um acúmulo muito grande de faltas.

Então, diante desse fato, a comunidade resolveu se reunir, e chegaram à conclusão que eles deveriam lutar por uma escola maior, que abrangesse todos os assentamentos ao redor, e assim podendo, inclusive, colocar o Ensino Médio.



O governo do estado tinha implementado o orçamento participativo. A comunidade participou do mesmo, colocando a escola como prioridade. Com resultado positivo no processo, o recurso foi destinado para a construção da escola no governo do Olívio e, em agosto de 2001, começa a ser construída a nova escola, sendo ela, a Escola de Ensino Fundamental Antônio Conselheiro. A legalização aconteceu em 21 de janeiro de 2009.

Conforme dito no PPP da escola, "Estes breves elementos trazem consigo fortes marcas da luta pelo acesso à educação no e do campo".

Logo após a chegada de um novo assentamento perto da localidade, como estava se iniciando, não haviam estradas e as crianças teriam que caminhar um trecho longo e perigoso, pois tinham que passar por um rio e não havia ponte para chegar até o ponto onde o ônibus conseguiria ir. Em 2013, com a conquista do Ensino Médio, a escola passa a trabalhar em três turnos: manhã, tarde e vespertino e com 10 assentamentos, pois além dos oito que já participavam de sua comunidade escolar passam a vir também os Estudantes dos Assentamentos Roseli Nunes e São João.

A escola Antônio Conselheiro surgiu a partir da necessidade dos assentamentos que foram se reunindo em torno de um local estratégico, como Bom Será, Santa Rita, Santo Ângelo, Capivara, entre outros assentamentos. No ano de 2013 foi conquistado o ensino médio na escola. Não é demais ressaltar que todas essas conquistas vieram por meio das lutas e resistências do MST, foi sempre o movimento que esteve à frente de tudo, tentando suprir as necessidades da comunidade.

#### **4.2 Relatos de uma egressa da Escola Antônio Conselheiro**

Em 1998, Fatima Terezinha da Rocha e Jairo Dias decidem ir acampar e conquistar terras, tendo em consideração que os mesmos viveram suas infâncias em acampamentos junto dos seus pais por aproximadamente sete anos. Neste meio tempo, tiveram a oportunidade de estudar em escolas itinerantes, mas pelas dificuldades enfrentadas naquela época, e por ter que ficar mudando de cidade junto a seus pais, uma vez que estes iam para as ocupações pela conquista da terra, eles acabam não concluindo e perdendo o ano letivo.

Em 1999, foram contempladas 26 famílias para receber terras na cidade de Santana do Livramento. Ao chegar na localidade as famílias foram deixadas na sede do assentamento. O lugar não contava com estradas decentes, não possuía energia elétrica, água encanada e muito menos escolas para os filhos daquelas famílias.

Com todas essas barreiras para ter uma vida mais digna, o pessoal não desanimou e decidiu que iria lutar como organização do Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra, com auxílio e colaboração de outros assentados mais antigos. Isso dá início às reivindicações por melhorias na qualidade de vida. Uma das maiores preocupações daquelas pessoas era a escola para seus filhos, que ainda não era o caso dos meus pais, porque eles só tinham a mim e eu era bebê recém-nascida. De toda forma, eles não deixaram de fazer parte desta luta, pois sabiam que mais à frente iriam ser beneficiados também, quando eu estivesse em idade de escolarização. Conforme o tempo foi passando as pessoas que constituíam aquele assentamento foram crescendo, cada um indo para o seu lote, construindo casas e conseguindo adquirir seus bens.

A gestão da escola sempre trabalhou e lutou para oferecer o melhor aos seus estudantes, sempre inovando, criando e participando de projetos que beneficiassem seus estudantes. Quando estava no terceiro ano do ensino médio, estava um grupo de alunos na escola e falou sobre o curso de Educação do Campo para nossa turma. Como seríamos prováveis formandos nos interessaria ingressar em uma faculdade. Logo após tratei de buscar informações aprofundadas sobre o curso, pois gostaria de ingressar, e quem deu maior suporte e ajuda para que isso fosse possível foi a professora Cleide Lunks, que naquela época era diretora da escola.

Então em 2017 ingressei no curso de Educação do campo, na Unipampa campus Dom Pedrito. Em 2018, fiz meu primeiro estágio na escola Antônio Conselheiro na turma do oitavo ano, tendo como professor regente o Robinson Dargélio, que foi meu professor também no ensino fundamental. Conseguimos fazer um bom trabalho juntos, já que tínhamos uma relação de

aluna e professor e por ser o meu primeiro estágio, primeiro contato com os alunos e a sala de aula, ele foi muito acolhedor e se colocou sempre à disposição quando precisei.

No ano de 2019 realizei o estágio de física e química na turma do segundo ano do ensino médio, em que eu fui grata mais uma vez por ter ensino médio na escola, porque se não houvesse teríamos que trabalhar em uma escola da cidade de Santana do Livramento, em que ficaria mais difícil já que eu residia no campo e próxima a escola Antônio Conselheiro.

No ano de 2020 fui contemplada a participar do Projeto de Residência Pedagógica (PRP). O mesmo foi realizado na escola Antônio Conselheiro, realizei as aulas na disciplina de biologia e participei de dois módulos, onde estarei encerrando o segundo no mês de agosto de 2021. Este nos proporcionou viver uma experiência nova, pois em tempos de pandemia tivemos que adotar o método de aulas remotas e não estávamos preparados para vivenciar. Tivemos de nos adequar.

O programa residência pedagógica nos permite colocar em prática a teoria aprendida na universidade, e será muito útil no sentido da preparação como professora a partir de suas experiências. Construímos uma série de aprendizados nesse tempo, aprendemos a trabalhar em grupos, nos proporcionou o contato com a escola, alunos e professores. Fizemos leituras valiosas, estudamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, aprendemos a trabalhar e vencer as dificuldades, já que os estudantes são da zona rural e a maioria deles não possui acesso à internet.

Encontramos algumas barreiras para a comunicação com eles, mas no decorrer deste trabalho fomos aprendendo novas metodologias de ensino que nos ajudaram na relação com os estudantes, sempre levando em consideração a realidade em que eles estão inseridos e suas dificuldades.

Registro que foi uma experiência de fundamental importância para nossa formação, pois tivemos que nos dedicar e buscar inovar a cada dia, procurando por novos métodos e estratégias de ensino que contemplassem todos os alunos; um trabalho enriquecedor e recheado de aprendizagens durante este tempo e que contribuiu muito para nosso amadurecimento enquanto futuros professores.

## 5. Considerações Finais

O MST se fez e se faz muito presente na sociedade trazendo benefícios tanto para a sociedade, demonstrando alternativas de vida social, quanto para os membros do movimento, na medida em que se conquistam alguns dos objetivos das lutas encampadas. Nesse caso, manter o tema da reforma agrária em pauta nas discussões da sociedade e estado é eliminar a condição de inferioridade do homem camponês e garantir o avanço desta parcela da população, bem como a garantia de escolas nos assentamentos e o acesso à educação enquanto um direito intrínseco ao ser humano.

O resgate da luta do MST pela reforma agrária, especialmente, do processo de organização da Escola Antônio Conselheiro, na comunidade em que resido, é uma temática que dá vida e coroa esses anseios colocados acima, tanto no sentido pessoal, quanto na perspectiva do curso e da comunidade/sociedade. Isso explicita as contribuições do MST para o debate da educação, afinal, são os movimentos sociais que expressam as contradições de nossa sociedade.

Por fim, destaque para a constatação de que são os movimentos sociais a expressão do futuro, são os movimentos sociais a base fecunda de uma educação que se distancia da perspectiva capitalista e burguesa.

## Referências

- Associação dos Municípios da Fronteira Oeste [AMFRO]. (2015). *Sant'Ana do Livramento*. <http://amfro.org.br/cidades/santana-do-livramento/>.
- Caldart, R. S. (2001). O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*, 15(43), 207-224. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.
- Caldart, R. S. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Expressão Popular.
- Caldart, R. S. (2010). *Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo*. Expressão Popular, 127-154.

- Dalmagro, S. L. (2010). *A escola no contexto das lutas do MST*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.
- Ferron, J. L., & Troian, A. (2020). O processo de implantação dos assentamentos rurais em Santana do Livramento (RS). *Economia e Desenvolvimento*, 32(Esp.), e5. <https://doi.org/10.5902/1414650941424>.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2019). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua)*. IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Cidades e Estados*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/santana-do-livramento.html>.
- Mariano, A. S., & Gehrke, M. (2021). Ciclos, tempos e espaços educativos na proposta pedagógica das Escolas Itinerantes do MST. *Reflexão e Ação*, 29(1), 98-113. <https://doi.org/10.17058/rea.v29i1.14773>.
- Minayo, M. C. S. (2000). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In Minayo, M. C. S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. (21a. ed., Cap. 1, pp. 9-29). Editora Vozes.
- Monteiro, L., Tormes, J. R., & Moura, L. C. S. G. A. (2018). Estudo de caso: uma metodologia para pesquisas educacionais. *Ensaio Pedagógico*, 2(1), 18-25. <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/57>.
- Morissawa, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. Expressão Popular.
- Santos, R. B., & Silva, M. A. (2016). Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. *Revista Eletrônica de Educação*, 10(2), 135-144. <http://dx.doi.org/10.14244/198271991549>.
- Simões, W. (2018). A educação do campo e desafios na atual conjuntura política brasileira. In Tedesco, J. C., Seminotti, J. J., & Rocha, H. J. (ed.) *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas*. Chapecó: Editora UFFS.